

Tradução

Glosas marginais ao *Manual de economia política* de Adolph Wagner¹

Karl Marx²

1. A concepção do sr. Wagner, a "*concepção jurídico-social*" (p. 2). Nisso, encontra-se em "*consonância com Rodbertus, Lange e Schäffle*" (p. 2). Nos "*pontos principais da fundamentação*" ele remete a *Rodbertus e Schäffle*. O sr. Wagner chega a falar da *pirataria* como uma "aquisição ilegítima" entre *povos inteiros*, e que só é roubo quando "se assume como existente um *jus gentium* [direito dos povos] *verdadeiro*" (p. 18, n. 3).

Ele investiga sobretudo as "*condições da vida econômica comum*" e "determina a partir delas a esfera de liberdade econômica do indivíduo" (p. 2).

"O 'impulso de satisfação'... não opera e não deve operar como uma *pura força da natureza*, mas está, assim como todo impulso humano, sob a condução da razão e da consciência. Toda ação dele resultante é, portanto, uma ação *responsável* e se sujeita sempre a um *juízo ético* que, contudo, certamente (!) está ele mesmo exposto à mudança *histórica*" (p. 9).

Sob "trabalho" (p. 9, § 2), o sr. Wagner não distingue o *caráter concreto de todo trabalho* do *dispêndio de força de trabalho* comum a todos esses tipos concretos de trabalho (pp. 9, 10).

"Mesmo a *simples administração do patrimônio* para a finalidade de manter uma renda obriga sempre a realizar atividades que *fazem parte do conceito de trabalho*, e do mesmo modo quanto ao *emprego* da renda obtida para a satisfação das carências" (p. 10, n. 6).

As categorias jurídico-históricas são, segundo W[agner], as "categorias sociais" (n. 6, p. 13).

¹ Tradução realizada a partir do volume 19 das *Marx-Engels Werke* (MEW) (9. ed. Berlim: Dietz, 1987, pp. 355-83). Traduzido por Luiz Philipe de Caux e revisado por Thiago Simim. Tradutor e revisor agradecem pela cuidadosa revisão ulterior oferecida pelos(as) pareceristas anônimos(as) e pela revisora do periódico. [NT = Nota do tradutor]

² As Glosas Marginais ao *Manual de Economia Política* de Adolph Wagner foram redigidas por Marx em Londres da segunda metade de 1879 até novembro de 1880 e estão contidas em seu caderno de excertos dos anos 1879-81. As observações críticas de Marx se relacionam ao livro de Adolph Wagner *Allgemeine oder theoretische Volkswirtschaftslehre*. Erster Theil. Grundlegung (*Doutrina geral ou teórica da economia nacional*. Primeira parte. Fundamentos), 2. ed. revista e ampliada, Leipzig e Heidelberg, 1879, publicado como o primeiro volume de um *Manual de economia política*. Marx critica a desfiguração feita por Wagner da teoria do valor desenvolvida n'O *capital* e apresenta novamente as teses fundamentais de sua teoria econômica. No caderno de excertos de Marx, as observações são precedidas de uma lista de referências bibliográficas de 54 títulos, selecionados por ele a partir das indicações bibliográficas do livro de Wagner. [NEA = Nota do editor alemão]

"Em particular, os *monopólios naturais de localização* produzem efeitos, especialmente em condições *urbanas*" (!monopólio natural de localidade na cidade de Londres!) "e sob a influência do *clima* para a *produção agrária* de países inteiros, ademais, também o fazem os *monopólios naturais da produtividade específica do solo*, por exemplo, em vinhedos especialmente bons, e por certo também entre povos distintos, por exemplo, na *venda de produtos tropicais* para países da zona temperada." {"Constituem um exemplo os *tributos de exportação* de produtos de um tipo de monopólio natural, os quais são impostos em alguns países (Europa setentrional, países tropicais) sob a pressuposição segura de que serão repassados aos consumidores estrangeiros" (n. 11, p. 15). Quando o sr. Wagner deduz daqui os tributos de exportação nos países sul-europeus, ele mostra que não conhece nada da "*história*" desses tributos}³ – "que bens ao menos *parcialmente livres por natureza* se tornam *puramente econômicos*, pagos na aquisição pelo maior preço possível" (p. 15).

O domínio da troca (*venda*) regular dos bens é o seu *mercado* (p. 21).

Entre bens econômicos: "Relações com pessoas e coisas (res incorporales), cujo isolamento objetivo se baseia em uma abstração: a) do comércio totalmente livre: os casos da clientela, da firma e coisas semelhantes, em que relações vantajosas com outras pessoas, formadas pela atividade humana, podem ser cedidas em pagamento e adquiridas; b) em razão de certas limitações jurídicas do comércio: direitos de exclusividade de um ofício, equidades reais, privilégios, monopólios, patentes etc." (pp. 22, 23).

O sr. Wagner subsume os "*serviços*" sob os "*bens econômicos*" (p. 23, n. 2 e p. 28). O que de fato o motiva é seu afã de representar o Conselheiro Privado Wagner como "*trabalho produtivo*"; pois, diz ele,

"a resposta é prejudicial⁴ para a avaliação de todas aquelas classes que exercem *serviços pessoais profissionalmente*, portanto dos *criados*, dos membros das *profissões liberais* e consequentemente também do *estado*⁵. Apenas se os serviços também forem contados como bens econômicos é que as classes citadas são *produtivas* em sentido econômico" (p. 24).

O que se segue é muito característico da maneira de pensar de W[agner] e seus consortes:

*Rau*⁶ observara: depende da "*definição de riqueza* e também de bens econômicos" se "*os serviços fazem deles parte ou não*". Sobre isso, Wagner: dever-se-ia levar a cabo "*uma tal definição*" de "*riqueza*" "*que inclua os serviços nos bens econômicos*" (p. 28).

³ Aqui e no restante do texto os colchetes utilizados por Marx são substituídos por chaves. [NEA]

⁴ "Prejudicial" em sentido jurídico, isto é, um juízo logicamente anterior de cuja solução depende a decisão acerca de um juízo principal. [NT]

⁵ Embora a opção preferencial do tradutor seja por "Estado", seguimos aqui a norma interna da Verinotio de grafar sempre "estado". [NE]

⁶ Trata-se do economista Karl Heinrich Rau. [NT]

"O *motivo decisivo*" seria, todavia, "que seria impossível os *meios de satisfação* consistirem apenas em bens materiais, pois as *carências não se relacionam apenas a eles, mas também a serviços pessoais* (a saber, também ao estado, à proteção jurídica etc.)" (p. 28).

Riqueza:

1. "*De modo puramente econômico... em um certo momento a provisão existente de bens econômicos como reserva para a satisfação de carências*" é "*a riqueza em si*", "parte da riqueza total ou popular ou nacional".

2. "*Como conceito histórico-jurídico... a provisão de bens econômicos sob a posse ou a propriedade de uma pessoa*", "*a posse de riqueza*" (p. 32). O último [é] um "*conceito de propriedade histórico-jurídico relativo*. A propriedade dá apenas certos *poderes de disposição* e certos *poderes de exclusão* em face de outros. A *dimensão* desses poderes muda" {i.e., historicamente} (p. 34). "*Toda riqueza no segundo sentido é riqueza individual, riqueza de uma pessoa física ou jurídica*" (*loc. cit.*).

Riqueza pública,

"em particular a riqueza das *economias comunitárias compulsórias*, a saber, portanto, a *riqueza do estado, da região, da comunidade*. Essa riqueza é determinada pela *utilização universal* (como vias, rios etc.) e a sua propriedade é atribuída ao estado (...) como o representante jurídico do todo (povo, população local etc.) ou ela é riqueza propriamente estatal e comunitária, a saber, riqueza da administração, que serve ao estabelecimento das prestações estatais, e riqueza financeira, utilizada pelo estado para aquisição de renda como o meio para o estabelecimento de suas prestações" (p. 35).

Capital, *capitale*, tradução de κεφάλαιον, com o que se designa a exigência de uma soma de dinheiro em oposição ao *juro* (τόκος). Na Idade Média veio a palavra *Capitale, caput pecunia*, como o principal, o essencial, o originário (p. 37). Em alemão se utilizava a palavra *Hauptgeld*⁶ (p. 37).

"*Capital, fonte de ganho, provisão de bens remuneradora: uma provisão de meios móveis de aquisição.*" A ele oposto: "*Provisão para o uso: uma soma de meios móveis de consumo reunidos sob uma relação qualquer*" (p. 38, n. 2).

Capital circulante e fixo (p. 38, 2 [a] e 2 [b]).

Valor. Segundo o sr. Wagner a teoria do valor de Marx é "*a pedra angular de seu sistema socialista*" (p. 45). Uma vez que eu nunca erigi um "*sistema socialista*", isso é uma fantasia de Wagner, Schäffle e *tutti quanti*.

Mais adiante: de acordo com o que, Marx

⁶ Isto é, o dinheiro principal, mais importante. O substantivo *das Haupt* significa cabeça. [NT]

"encontra a *substância social comum* do valor de troca, que ele tem em mente só aqui, no *trabalho*, a *medida de grandeza do valor de troca* no tempo de trabalho socialmente necessário" etc.

Em nenhum lugar eu falo da "*substância social comum* do valor de troca", mas sim que valores de troca (não existe *valor de troca* sem ao menos dois deles) representam algo *a eles comum*, algo totalmente independente "de seus valores de uso" {i.e., aqui, sua forma natural}, a saber, o "*valor*". Assim consta [no primeiro volume d'*O capital*]: "O elemento comum, que se apresenta na relação de troca ou valor de troca das mercadorias, é, portanto, *seu valor*. A continuação da investigação nos levará de volta ao valor de troca como o modo de expressão ou forma de aparição (*Erscheinungsform*) necessária do valor, mas este tem de ser, por ora, considerado independentemente dessa forma"⁷.

Não digo, portanto, que a "*substância social comum* do valor de troca" é o "*trabalho*"; e uma vez que, em uma seção particular, trato detidamente da *forma-valor*, isto é, do desenvolvimento do valor de troca, seria curioso se eu reduzisse essa "forma" a uma "*substância social comum*", o trabalho. O sr. Wagner também esquece que nem "o valor" nem "o valor de troca" são para mim os sujeitos, mas sim *a mercadoria*.

Mais adiante:

"Essa teoria" (de Marx) "não é tanto uma teoria geral do valor, mas sim uma *teoria geral dos custos*, fundada em Ricardo" (*loc. cit.*).

O sr. Wagner teria podido conhecer tanto a partir d'*O capital* quanto do escrito de Sieber (se soubesse o idioma russo) a diferença entre mim e Ricardo, que só se ocupou, de fato, do trabalho como *medida da grandeza do valor*, e por isso não encontrou nenhum nexos entre sua teoria do valor e a essência do dinheiro.

Quando o sr. Wagner diz que isso não é "nenhuma teoria geral do valor", então, em seu sentido, ele tem plena razão, pois entende por teoria do valor o falatório delirante acerca da palavra "valor", o que também o habilita a permanecer na tradicional confusão professoral alemã entre "valor de uso" e "valor", já que ambas têm em comum a palavra "valor". Quando, no entanto, ele diz mais adiante que isso é uma "*teoria dos custos*", então, *ou* ele incorre numa tautologia: as mercadorias, na medida em que representam valores, representam apenas algo *social*, trabalho, e na medida em que a *grandeza de valor* de uma mercadoria, segundo minha compreensão, é determinada pela *grandeza do tempo de trabalho nela contida* etc., é determinada, portanto, pela massa normal de trabalho que custa a produção de um objeto etc.; e o sr. Wagner demonstra o contrário assegurando que essa teoria do valor etc. não é "a geral", pois esse não é o parecer do sr. Wagner do que seja uma "teoria geral do valor". *Ou* [se não diz algo tautológico] ele diz *algo incorreto*: Ricardo (segundo Smith) coloca num mesmo saco valor e custos de produção; já em *Para a crítica da*

⁷ Citado a partir da tradução brasileira: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política* l. I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 116.

economia política, e do mesmo modo em notas de rodapé d'*O capital*, eu adverti para o fato de que *valor e preços de produção* (que exprimem apenas em dinheiro os custos de produção) não coincidem. Por que não? é algo que eu *não* disse ao sr. Wagner.

Além do mais eu "procedo" "arbitrariamente" quando eu

"reduzo os custos apenas aos assim chamados desempenhos laborais em sentido mais estrito. Isso sempre pressupõe primeiro uma demonstração que até hoje não foi feita, a saber, a de que o processo de produção é possível sem qualquer mediação da atividade de formação e aplicação do capital por parte dos *capitalistas privados*" (p. 45).

Em vez de me encarregar de tais demonstrações de coisas futuras, o sr. Wagner, pelo contrário, precisaria primeiro mostrar que *não existiu*, nas numerosas comunidades que *existiram* antes da *aparição de capitalistas privados* (as comunidades da antiga Índia, as comunidades familiares eslavas do sul), um *processo social de produção*, para não falar de um processo de produção em geral. Ademais, o sr. Wagner só pôde dizer: a exploração da classe trabalhadora pela classe capitalista, em suma, o caráter da produção capitalista, como Marx o apresenta, está correto, mas ele se engana ao considerar essa economia transitória, enquanto Aristóteles, ao contrário, enganou-se ao considerar a *economia escravagista não transitória*.

"Enquanto uma tal demonstração *não* for conduzida" {aliás, enquanto a economia capitalista existe}, "o *ganho do capital é também de fato*" {aquí se mostra o pé torto ou a orelha de burro} "um elemento '*constitutivo*' do valor, e *não*, como diz a concepção socialista, apenas uma subtração ou um '*roubo*' do trabalhador" (pp. 45, 46).

O que seja uma "*subtração do trabalhador*", uma subtração de sua pele etc., não é algo claro. Ora, em minha apresentação, de fato, o ganho do capital *não* é "apenas uma *subtração* ou um '*roubo*' do trabalhador". Pelo contrário, apresento o capitalista como funcionário necessário da produção capitalista e demonstro bem extensamente que ele não apenas "subtrai" ou "*rouba*", mas arranca à força a *produção do mais-valor*, ou seja, ajuda primeiro a criar aquilo a ser subtraído; demonstro detalhadamente, ainda, mais adiante, que mesmo sendo o caso de que no intercâmbio de mercadorias são trocados *apenas equivalentes*, o capitalista – desde que pague ao trabalhador o valor efetivo de sua força de trabalho – ganharia com todo direito, ou seja, com o direito correspondente a esse modo de produção, o *mais-valor*. Mas isso tudo não torna o "ganho do capital" um elemento "*constitutivo*" do valor, mas apenas mostra que no valor não "*constituído*" pelo trabalho do capitalista está incluída uma parte da qual ele pode se apropriar "legalmente", isto é, sem ferir o direito correspondente ao intercâmbio de mercadorias.

"Essa teoria considera de um modo bastante unilateral apenas este momento da determinação do valor" {1. Tautologia. A teoria é incorreta, pois Wagner tem uma "teoria geral do valor" que não está de acordo com ela, seu "valor" é, portanto, determinado pelo "valor de uso", como prova, no caso, a remuneração professoral; 2. O sr. Wagner põe o valor debaixo do

"preço de mercado" de cada situação ou do preço da mercadoria dele desviante, o que é algo muito distinto de valor}, "os custos, não o outro, a utilizabilidade, a utilidade, o momento da demanda"⁸ {ou seja, ela [essa teoria, i.e., a de Marx] não põe "valor" e *valor de uso* no mesmo saco, o que é, todavia, tão desejável para Confúsius⁹ natos como Wagner}.

"Ele não apenas não corresponde à *formação do valor de troca no comércio atual*"

{ele quer dizer a *formação do preço*, que não muda absolutamente nada na *determinação do valor*: de resto, a *formação do valor de troca* acontece *certainly*¹⁰ no *comércio atual*, como bem sabe qualquer fundador de uma empresa, qualquer falsificador de mercadorias etc., que não tem nada em comum com a *formação do valor*, mas tem um olhar acurado para valores já "formados"; de resto, p. ex., na determinação do *valor da força de trabalho*, parto da premissa de que seu valor é efetivamente pago, o que *de fato não é o caso*. O sr. Schäffle, em seu *Kapitalismus* etc., considera isso "generoso" ou coisa semelhante. Ele se refere apenas a um procedimento cientificamente necessário},

"mas também, como Schäffle demonstra perfeita e *bastante conclusivamente* (!) em sua *Quintessenz*¹¹ e em particular no *Socialen Körper*¹², [não corresponde]¹³ às condições como teriam necessariamente de ganhar forma no hipotético estado social marxiano".

{Portanto, o estado social, que o sr. Schäffle foi bondoso o bastante para "dar forma" para mim, transforma-se no "*marxiano*" (não no "estado social" impingido a Marx na hipótese de Schäffle).}

"Isso pode ser demonstrado *contudentemente* em particular pelo exemplo do cereal e de coisas semelhantes, cujo *valor de troca*, em razão da influência das colheitas inconstantes, *também* em um sistema de '*taxas sociais*' precisaria, em caso de demanda razoavelmente constante, ser regulado *de outro modo* que *meramente segundo os custos*."

{Tantas palavras, tantas baboseiras. Em primeiro lugar, não falei em nenhum lugar de "*taxas sociais*" e, na *investigação sobre o valor*, trabalhei com relações civil-burguesas (*bürgerlichen Verhältnissen*), mas não com a

⁸ Trata-se de continuação da frase de Wagner interrompida por Marx. Leia-se, portanto: "Essa teoria [i.e., a de Marx] considera de um modo bastante unilateral apenas este momento da determinação do valor, os custos, não o outro, a utilizabilidade, a utilidade, o momento da demanda". [NT]

⁹ Marx joga com o nome do filósofo chinês Confúcio (em alemão, *Konfuzius*), trocando-lhe uma letra (*Konfusius*), em alusão ao adjetivo "confuso" (*konfus*). [NT]

¹⁰ "Certamente", em inglês no original. [NT]

¹¹ *Quintessenz* (*Quintessência*) - Livro de Albert Schäffle, *Die Quintessenz des Socialismus* [*A quintessência do socialismo*], publicado anonimamente em Gotha em 1875. [NEA]

¹² "*Bau und Leben des socialen Körpers*" [*Construção e vida do corpo social*], livro do mesmo autor, publicado em quatro volumes entre 1875 e 1878. [NT]

¹³ Novamente: continuação da frase de Wagner interrompida pelo excuro de Marx. [NT]

aplicação dessa teoria *do valor* ao "estado social" nem sequer construído por mim, mas para mim pelo sr. Schäffle. Em segundo lugar, quando o preço do grão sobe numa má colheita, o que sobe primeiro é seu *valor*, pois uma dada massa de trabalho é *convertida em menos produto*; no mais, seu *preço de venda* sobe ainda bem mais. O que isso tem que ver com minha teoria do valor? Quanto mais, no caso, o grão¹⁴ for vendido *acima de seu valor*, tanto mais, justamente, as outras mercadorias, seja na forma natural ou na forma dinheiro, serão vendidas *abaixo de seu valor*, e isso ainda no caso em que seu próprio preço em dinheiro *não* cai. A *soma de valor* permanece a mesma, mesmo se a expressão em dinheiro dessa *soma de valor* total tenha crescido, ou seja, segundo o sr. Wagner, tenha aumentado a soma do "valor de troca". É esse o caso se assumirmos que a *queda do preço* na soma das outras mercadorias não coincide com o *preço acima do valor* (excedente de preço) do grão. Mas nesse caso o valor de troca do dinheiro caiu *pro tanto*¹⁵ abaixo de seu valor; a soma de valor de todas as mercadorias não apenas permanece *a mesma*, mas permanece a mesma inclusive em sua *expressão monetária*, se contamos o dinheiro como uma mercadoria entre as outras. Além disso: a elevação de preço do grão acima da elevação de seu valor em razão da má colheita será, de todo modo, menor no "estado social" do que com a atual especulação sobre o grão. Mas nesse caso o "estado social" instituirá a produção de antemão de tal modo que a oferta anual de cereal dependa apenas minimamente da inconstância do tempo; o volume da produção – incluídos a oferta e o consumo – será regulado racionalmente. Por fim, assumindo-se que as fantasias de Schäffle sobre isso se realizassem, o que é que as "taxas sociais" mostrariam a favor ou contra minha teoria do valor? Tão pouco quanto as regras de medidas coercitivas encontradas num caso de carência de mantimentos num navio ou numa fortaleza, ou durante a Revolução Fr[ancesa] etc., medidas que não cuidavam do *valor*; e que terrível para o "estado social" infringir as *leis do valor* do "estado capitalista (burguês)", e portanto também a teoria do valor! Não mais do que besteiras infantis!}}

O mesmo Wagner complacentemente cita Rau:

"Para evitar mal-entendidos, é necessário estabelecer o que se quer dizer por *valor pura e simplesmente*, e é *adequado ao uso da língua alemã* escolher aqui o *valor de uso*" (p. 46).

Dedução do conceito de valor (pp. 46 et seq.).

Do *conceito de valor* é que devem ser deduzidos, *d'abord*¹⁶, o *valor de uso* e o *valor de troca* do sr. Wagner, e não, como no meu caso, da *mercadoria enquanto algo concreto*, e é interessante perseguir esse escolasticismo em seus mais novos "fundamentos".

"É uma aspiração *natural* do homem vir a ter clara consciência e entendimento da *relação* que têm os *bens* internos e externos com suas *carências*. Isso acontece pela *estimação* (*avaliação*), pela qual é *atribuído* um valor aos bens, ou seja, às coisas do

¹⁴ No manuscrito: "o preço do grão". [NEA]

¹⁵ "Correspondentemente". [NT]

¹⁶ "Em primeiro lugar", "de início". [NT]

mundo externo, e esse valor é *medido*" (p. 46), e é dito na p. 12: "Todos os meios para a satisfação de carências são chamados de *bens*".

Se colocarmos então na primeira frase, no lugar da palavra "bem", o seu *conteúdo conceitual* wagneriano, então a primeira frase da mencionada passagem reza que:

"É uma *aspiração natural 'do' homem vir a ter clara consciência e entendimento da relação* que têm" os meios "internos e externos" para a satisfação de suas carências "*com suas carências*". Podemos simplificar um pouco essa frase deixando de lado "os meios *internos*" etc., como o sr. Wagner o faz logo na frase imediatamente seguinte com o "ou seja".

"O" homem? Se aqui se visa à categoria "homem", então ele não tem absolutamente "nenhuma" carência; se se trata do homem que se defronta isolado com a natureza, então ele deve ser concebido como um animal não-gregário; se se trata de um homem já situado em alguma forma qualquer de sociedade – e o sr. Wagner o supõe, pois "o" homem, para ele, mesmo que não possua nenhuma formação universitária, possui, em todo caso, a linguagem –, então, é preciso mostrar como ponto de partida o caráter determinado desse homem social, isto é, o caráter determinado da comunidade em que ele vive, pois ali a produção, ou seja, o *processo pelo qual se ganha a vida*, já possui algum tipo de caráter social.

Para um mestre-escola professoral, contudo, as relações do homem com a natureza não são desde o início *práticas*, ou seja, relações fundadas na ação, mas sim *teóricas*, e duas relações dessa espécie estão encaixotadas juntas já logo na primeira frase.

A primeira: uma vez que na frase seguinte os "*meios externos para a satisfação de suas carências*" ou os "*bens externos*" se transformam nas "*coisas do mundo externo*", a primeira relação encaixotada conserva a seguinte figura: o homem está em *relação com as coisas do mundo externo* como meios para a satisfação de suas carências. Mas de modo algum os homens começam "estando nessa relação teórica com *as coisas do mundo externo*". Eles começam, como todo animal, *comendo, bebendo* etc., ou seja, não "estando" em uma relação, mas sim *se comportando ativamente*, apoderando-se pela ação de certas coisas do mundo externo, e assim satisfazendo sua carência. (Eles começam, portanto, com a produção.) Pela repetição desse processo, a propriedade dessas coisas de "satisfazer suas carências" se inculca em seu cérebro e os homens, como animais, também aprendem a distinguir "teoricamente", de todas as outras coisas, as coisas externas que servem à satisfação de suas carências. Em certo estágio de desenvolvimento, depois de, nesse ínterim, também suas carências e as atividades que as satisfazem terem aumentado e continuado a se desenvolver, eles também batizarão com a linguagem toda a classe dessas coisas distinguidas de acordo com a experiência do restante do mundo externo. Isso sucede necessariamente, pois, num processo de produção – isto é, no processo de apropriação dessas coisas –, eles estão continuamente em lide laborativa entre si e com essas coisas e logo têm de se bater em luta uns com os outros por elas. Mas essa designação linguística exprime tão somente como representação aquilo que se tornou uma experiência pela

repetida confirmação: que certas coisas externas servem à satisfação das carências a homens que já vivem em um determinado contexto social {sendo isso um pressuposto necessário devido à linguagem}. Os homens só atribuem a essas coisas um nome particular (*generic*) porque já sabem que eles servem à satisfação de suas carências, porque procuram se apoderar delas pela atividade repetida com maior ou menor frequência e assim também mantê-las em sua posse; eles as chamam talvez de "bens" ou do que quer que exprima que eles empregam essas coisas num sentido prático, que essas coisas lhes são úteis, e dão à coisa esse caráter de utilidade como algo que ela possui, apesar de que ser comida para o homem dificilmente pareceria a uma ovelha uma de suas propriedades "úteis".

Portanto: de fato, os homens começaram se apropriando de certas coisas do mundo exterior como meios de satisfação de suas próprias carências etc. etc.; mais tarde vieram a designá-las *também linguisticamente* como aquilo que elas eram para eles na experiência prática, ou seja, como *meios de satisfação de suas carências*, como coisas que os "satisfazem". Ora, caso se chame essa circunstância – circunstância de que os homens não tratam tais coisas apenas num sentido prático como meios de satisfação de suas carências, mas sim designam tais coisas também em ideia, e, mais além, na linguagem, como suas carências, como coisas "que satisfazem" a eles mesmos {quando a carência do homem não é satisfeita, ele está em estado de *discórdia*¹⁷ com suas carências, logo, consigo mesmo} –, caso se chame a essa circunstância, "segundo o uso da língua alemã", de "atribuir *valor*", então fica provado que o conceito universal "*valor*" tem origem no comportamento do homem para com as coisas encontradas previamente no mundo externo que satisfazem suas carências, e que conseqüentemente este é o *conceito genérico* do "*valor*" e todas as outras espécies de valor, como por exemplo a valência química¹⁸ dos elementos, são apenas uma variedade sua¹⁹.

É "a aspiração natural" de um professor de economia alemão deduzir de um "conceito" a categoria econômica "valor", e ele só o consegue rebatizando, "segundo o uso da língua alemã", como "*valor*" pura e simplesmente aquilo que, na economia política, é chamado comumente de "valor de uso". E tão logo o "valor" pura e simplesmente é encontrado, ele serve, novamente e por outro lado, para *deduzir* o "*valor de uso*" a partir do "valor pura e simplesmente". Para isso, basta pôr novamente o fragmento "de uso", que havia sido deixado de lado, depois do "valor" pura e simplesmente.

¹⁷ Marx joga com as palavras *befriedigen* (satisfazer) e *Unfriede* (discórdia). Ambas remetem a *Frieden* (paz), *Unfriede* como sua negação, *befriedigen* como a ação que a produz. [NT]

¹⁸ A palavra alemã para "valência", de uso na química, é a mesma para "valor", a saber, *Wert*. [NT]

¹⁹ [Riscado no manuscrito de Marx:] No caso do sr. Wagner, essa "dedução" se torna ainda mais admirável, pois ele trata "do" homem, e não "dos" homens. Assim expressa o sr. Wagner essa "dedução" tão simples: "É uma *aspiração natural* do homem" (leia-se: do professor alemão de economia) "a relação" na qual coisas do mundo externo não apenas são meios de satisfação de carências humanas, mas são reconhecidas linguisticamente enquanto tais e por isso também servem... [NEA]

É, na verdade, Rau (cf. p. 88)²⁰ quem nos diz claramente que "é necessário" (para os professores mestres-escolas alemães) "fixar o que se quer dizer por *valor pura e simplesmente*", e quem acrescenta ingenuamente: "e é *adequado ao uso da língua alemã escolher para isso o valor de troca*". {Na Química, chama-se *valência química*²¹ de um elemento o número pelo qual um de seus átomos pode se ligar com átomos de outro elemento. Mas também o peso de ligação do átomo se chamava equivalência, igual valor de elementos distintos etc. etc. Portanto é preciso primeiro determinar o conceito "valor pura e simplesmente" etc. etc.}

Se o homem se relaciona com *coisas como "meios de satisfação de suas carências"*, então ele se relaciona com elas como "bens", *teste*²² Wagner. Ele lhes imputa o atributo "bem"; o *conteúdo dessa operação* não se modifica de nenhum modo pelo fato de que o sr. Wagner o rebatiza como "*atribuir valor*". Sua própria consciência preguiçosa chega de imediato "ao entendimento" na frase subsequente:

"Isso acontece pela *estimação (avaliação)*, pela qual é *atribuído um valor aos bens, ou seja, às coisas do mundo externo*, e esse valor é *medido*".

Não queremos desperdiçar nenhuma palavra sobre o fato de que o sr. Wagner deduz o *valor da avaliação* (ele mesmo adiciona entre parênteses "*avaliação*" à palavra *estimação*, a fim de trazer a questão "à clara consciência e compreensão")²³. "O homem" tem a "aspiração natural" de fazer isso, de "estimar" os bens como "*valores*", e permite assim ao sr. Wagner *deduzir* a sua prometida operação do "conceito do *valor em geral*". Não é à toa que o sr. Wagner contrabandeia para a palavra "bens" o "*ou seja*", as "*coisas do mundo externo*". Ele partiu deste fato: o homem se "comporta" para com as "coisas do mundo externo", que são meios de satisfação de suas carências, como para com "bens". Ele *estima* essas coisas exatamente ao se comportar para com elas como "bens". E já tivemos uma "paráfrase" anterior para essa "estimação", que reza, p. ex.:

"O homem, como um ser *de carências*, permanece em constante contato com o *mundo exterior circundante* e reconhece que nele estão muitas condições de sua vida e de seu bem-estar" (p. 8).

Isso, todavia, não quer dizer mais nada além de que ele "*estima as coisas do mundo exterior*", na medida em que elas satisfazem seu "ser de carências", são meios de satisfação de suas carências e por isso, como ouvimos antes, comporta-se para com elas como "bens".

Ora, pode-se, particularmente quando se sente a "aspiração" professoral "natural" de deduzir o *conceito do valor em geral*, fazer isto:

²⁰ A indicação de páginas se refere o livro de Rau *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre (Princípios da doutrina da economia nacional)*. No livro de Wagner essa passagem se encontra [citada] na p. 46. [NEA]

²¹ Cf. n. 18, acima.

²² "Ver", "cf." [NEA]

²³ A palavra traduzida por "avaliação", *Wertschätzung*, é formada pela adição do substantivo *Wert*, valor, ao substantivo *Schätzung*, traduzido aqui por "estimação". [NT]

*apelidar de "atribuir valor" o ato de imputar às "coisas do mundo externo" o atributo "bens". Também se poderia dizer: o homem, ao se comportar para com as coisas do mundo externo que satisfazem suas carências como "bens", as "aprecia", atribui-lhes, portanto, "preço", e assim estaria providenciada a dedução do conceito do "preço pura e simplesmente" de acordo com o procedimento "do" homem *ready cut*²⁴ para o professor *germanicus*. Tudo aquilo que o professor não pode fazer ele mesmo, ele deixa para "o" homem, que, no entanto, não é ele próprio, de fato, também nada além do *homem professoral*, que acredita ter conceituado o mundo quando o dispõe sob rubricas abstratas. Na medida, no entanto, em que "atribuir valor" às coisas do mundo exterior é aqui apenas outro modo de falar para a expressão "imputar o atributo *valor*", então aqui certamente não foi atribuído "valor" aos próprios "bens", como Wagner gostaria de fazer crer fraudulentamente, como se fosse uma determinação distinta do fato de que "são bens". Apenas foi impingida à palavra "bem" a palavra "valor". {Também poderia ter sido impingida, como vimos, a palavra "preço". Também poderia ter sido impingida a palavra "tesouro"; pois ao carimbar certas "coisas do mundo exterior" como "bens", "o" homem as estima e se comporta para com elas como um "tesouro"²⁵. Vê-se, portanto, como as três categorias econômicas *valor*, *preço* e *tesouro* puderam ser conjuradas de um só golpe pelo sr. Wagner a partir da "aspiração natural do homem" por providenciar ao professor seu obtuso mundo conceitual (imaginado).} Mas o sr. Wagner possui o sombrio impulso de escapular de seu labirinto de tautologia e introduzir sub-repticiamente um "algo mais" ou um "mais algo". Daí a frase: "pela qual é *atribuído* um valor aos bens, *ou seja*, às coisas do mundo externo". Uma vez que o sr. Wagner chamou isto, o carimbar como *bens* as "coisas do mundo exterior", isto é, o *assinalá-las* e *fixá-las* (em representação) como *meios de satisfação* das carências humanas, uma vez, como dito, que ele chamou isto de "*atribuir valor* a essas coisas", então ele pode chamar isso de atribuir *valor* "aos *bens*" mesmos tão pouco quanto poderia dizer *atribuir valor* ao "valor" das coisas do mundo exterior. Mas o *salto mortale* é dado na expressão "*atribuir um valor aos bens, ou seja*, às coisas do mundo externo". Wagner precisaria ter dito: o carimbar certas coisas do mundo exterior como "*bens*" pode também ser *chamado*: "*atribuir valor*" a essas coisas, e essa é a *dedução* wagneriana do "*conceito de valor*" em geral ou pura e simplesmente. O *conteúdo* não é modificado pela *mudança* da expressão linguística. É sempre apenas o *assinalar* ou o *fixar na representação* das coisas do mundo externo que são meios de satisfação de carências humanas; de fato, portanto, apenas o *conhecimento e o reconhecimento de certas coisas do mundo externo como meios de satisfação de carências "do" homem* (que, não obstante, padece enquanto tal de uma "carência de conceito", na verdade).*

O sr. Wagner nos quer fazer crer, entretanto, ou quer fazer crer a si mesmo, que, em vez de dar dois nomes ao mesmo conteúdo, ele, ao

²⁴ "Feito sob medida". [NEA]

²⁵ Novamente, Marx zomba do "método dedutivo" de Wagner, buscando outra possibilidade de dedução a partir das palavras *Schatz* (traduzida por "tesouro") e *schätzen* (vertido por "estimar"). [NT]

contrário, progrediu da determinação "bem" para uma *determinação* de "valor" distinta e mais desenvolvida, e isso acontece simplesmente ao impingir ao seu "ou seja" das "coisas do mundo exterior" a palavra "bens", um processo que é outra vez "obscurecido" quando ele impinge aos "bens" o "ou seja" das "coisas do mundo externo". Sua própria confusão alcança assim o efeito seguro de tornar confuso o leitor. Ele também poderia ter invertido essa bela "dedução", do seguinte modo: ao *distinguir* do restante das coisas do mundo exterior aquelas que são meios de satisfação de suas carências como tais meios de satisfação e assim *assinalá-las*, o homem as *valoriza*, atribui-lhes *valor* ou lhes dá o atributo "valor"; isso também pode ser assim expresso: ele lhes imputa o atributo "bem" como uma característica ou lhes respeita ou estima como "bem", algo "bom". Assim é *atribuído* o conceito de "bem" aos "valores", ou seja, às coisas do mundo externo. E nisso se deduziu o conceito de "bem" em geral a partir do conceito de "valor". Trata-se em todas as *deduções* desse tipo apenas de *desviar-se*²⁶ das tarefas de cuja solução não se está à altura.

O sr. Wagner, contudo, passa num só fôlego e a toda velocidade do "valor" dos bens para a "mensuração" desse valor.

O conteúdo permaneceria absolutamente o mesmo, não tivesse por fim a palavra valor sido trazida em contrabando. Poderia ter sido dito: ao carimbar certas coisas do mundo externo que etc. como "bens", o homem irá gradualmente comparar esses "bens" entre si e, correspondentemente à hierarquia de suas carências, dispô-las em uma certa classificação, isto é, se se quiser chamar assim, "medi-las". Wagner não pode aqui falar de maneira nenhuma do desenvolvimento da *efetiva medida desses bens*, isto é, do desenvolvimento de sua *medida de grandeza*, pois isso lembraria muito vivamente ao leitor o quão pouco se trata aqui daquilo que de resto é entendido por "mensuração de valor".

{Que o *assinalar* (indicar) coisas do mundo externo que são meios de satisfação das carências humanas como "bens" também pode ser *apelidado* de "atribuir valor", Wagner, como Rau, não apenas poderia ter demonstrado a partir do "uso da língua alemã", mas também: ali está a palavra latina *dignitas* = dignidade, mérito, categoria etc., que atribuída às coisas também significa "valor"²⁷; *dignitas* é derivado de *dignus* e este, por sua vez, de *dic*, "point out", "show"²⁸, *assinalar*, *mostrar*; *dignus* quer dizer, portanto, *pointed out*; daí também *digitus*, o dedo, com o que mostra-se, indica-se uma coisa; grego: δεικ-νυμι, δάκ-τυλος (dedo); gótico: ga-tecta (dico); alemão: *zeigen* [mostrar];²⁹ e poderíamos ainda chegar a várias outras "derivações", considerando que δεικνυμι ou δεικνύω (tornar visível, pôr em manifesto, *indicar*) tem em comum com δέχομαι a raiz fundamental δεκ (dispor, *tomar*).}

²⁶ Trata-se de um jogo de palavras com os sentidos do verbo *ableiten*, ao mesmo tempo "deduzir" e "deslizar" (sentidos que também se encontram no português "derivar"). [NT]

²⁷ Marx remete à relação de parentesco etimológico entre *Würde*, dignidade, e *Wert*, valor. O verbo *würdigen*, também utilizado acima por Marx, tem o significado de valorar, imputar um valor positivo. [NT]

²⁸ Em inglês, no original. [NT]

²⁹ *Zeigefinger* é também o dedo indicador. [NT]

Tanta banalidade, tanta barafunda tautológica, tanta pedanteria, tanta manobra fraudulenta, tudo isso o sr. Wagner é capaz de concluir em menos de sete linhas inteiras.

Não é nenhuma surpresa que esse obscurantista (*vir obscurus*) siga adiante cheio de autoestima depois desta atuação brilhante:

"O conceito de valor, tantas vezes contestado e frequentemente obscurecido por algumas investigações apenas aparentemente profundas, desenvolve-se simplesmente" (*indeed*³⁰) {*rather*³¹, enreda-se} "quando se parte, como até então aconteceu" {a saber, por Wagner}, "da carência e da natureza econômica do homem e se chega ao conceito de bem e se vincula a ele o conceito de valor" (p. 46).

Tem-se aqui a economia conceitual, cujo suposto desenvolvimento, para o *vir obscurus*, resume-se ao "vincular" e, de certo modo, ao "pendurar".

Outras deduções do conceito de valor:

Valor subjetivo e objetivo. Subjetivamente e no sentido mais geral, o valor dos bens = importância que "é atribuída ao bem em razão... de sua utilidade... não é uma propriedade da coisa em si, ainda que tenha por pressuposto objetivamente a utilidade de uma coisa" {portanto, tem por pressuposto o valor "objetivo"}... no sentido objetivo, compreende-se por "valor" ou "valores" também os bens que possuem valor, onde (!) bem e valor, bens e valores se tornam, no essencial, "conceitos idênticos" (pp. 46, 47).

Depois que Wagner nomeou como "*valor em geral*", como "*conceito de valor*" pura e simplesmente, aquilo que é comumente chamado de "valor de uso", ele não pode deixar de se lembrar de que "o valor" "deduzido" (!) "deste modo" (isso! isso!) é o "*valor de uso*". Depois de ter primeiro nomeado o "valor de uso" como "conceito de valor" em geral, como "valor pura e simplesmente", ele descobre posteriormente que estava apenas desatinando sobre o "valor de uso", ou seja, "deduzindo-o", pois para ele desatinar e deduzir são, "no essencial", operações mentais idênticas. Mas nessa ocasião descobrimos que razões subjetivas o supracitado Wagner tem em sua confusão conceitual "objetiva" de até então. É que ele nos revela um segredo. Rodbertus escrevera uma carta para ele, que pode ser lida na *Tübinger Zeitschrift*³² de 1878, em que ele, Rodbertus, discute polemicamente por que motivo há "apenas uma espécie de valor", o valor de uso.

"Eu" (Wagner) "aderi a essa concepção, cuja importância salientei já na primeira edição."

³⁰ "De fato". [NEA]

³¹ "Ou antes", "ou melhor". [NEA]

³² *Zeitschrift für die gesammte Staatswissenschaft (Revista da ciência integral do estado)* – publicação político-econômica liberal editada em Tübingen de 1844 a 1943, com interrupções. A carta de Rodbertus a Wagner foi publicada no volume 34, no ensaio de Wagner *Einiges von und über Rodbertus-Jagetzow (Algo de e sobre Rodbertus-Jagetzow)*. [NEA]

Wagner diz daquilo que é dito por Rodbertus:

"Isso está absolutamente correto e obriga a uma alteração da usual 'introdução' ilógica do 'valor' em *valor de uso e valor de troca*, como eu ainda a *realizara* também no § 35 da primeira edição" (p. 48, n. 4),

e o mesmo Wagner me faz figurar (p. 49, nota) entre aqueles para os quais o "valor de uso" deve ser totalmente "afastado" "da ciência".

Tudo isso são "disparates". *De prime abord*³³, não parto de "conceitos", portanto, tampouco do "conceito de valor", e por isso de modo algum tenho de "dividi-lo". Parto da forma social mais simples em que o produto do trabalho se apresenta na sociedade atual, e essa é a "mercadoria". Analiso a mercadoria, e de pronto *na forma como ela aparece*. Aqui encontro então o fato de que ela, por um lado, é, em sua forma natural, uma coisa de uso, *aliás valor de uso*; por outro lado, ela é *portadora de valor de troca*, e sob este ponto de vista, é ela mesma "valor de troca". A análise ulterior da última me mostra que o valor de troca é apenas uma "forma de aparição", um modo de apresentação autônomo do *valor* contido na mercadoria, e assim parto para a análise deste último, o *valor*. Consta lá, então, explicitamente: "Quando, no começo deste capítulo, dizíamos, como quem expressa um lugar-comum, que a mercadoria é valor de uso e valor de troca, isso estava, para ser exato, errado. A mercadoria é valor de uso ou objeto de uso e 'valor'. Ela se apresenta em seu ser duplo na medida em que seu *valor* possui uma *forma de aparição* própria, *distinta* de sua forma natural, a saber, a forma do *valor de troca*"³⁴ etc. Não divido, portanto, o valor em valor de uso e valor de troca como contrapostos nos quais a abstração, "o valor", cinde-se, mas é a *figura social concreta* do produto do trabalho, a *mercadoria*, que é, por um lado, valor de uso e, por outro, "valor"; não valor de troca, pois a mera forma de aparição não é o seu próprio *conteúdo*.

Em segundo lugar: apenas um *vir obscurus*, que não entendeu uma palavra d'*O capital*, pode concluir: porque Marx, em uma nota à primeira edição de *O capital*³⁵, rechaça todas as baboseiras professorais alemãs sobre o "valor de uso" em geral e remete os leitores que querem saber algo sobre os reais valores de uso ao "Manual de instruções da ciência das mercadorias" – por isso o *valor de uso* não desempenha nenhum papel para ele. Obviamente o valor de uso não desempenha o papel de seu contrário, o "valor", que não tem nada em comum com ele a não ser o fato de que a palavra "valor" aparece em "valor de uso". Ele poderia do mesmo modo ter dito que o "valor de troca" é por mim posto de lado, pois ele é apenas a forma de aparição do valor, mas não é o "valor", pois para mim o "valor" de uma mercadoria não é nem o seu valor de uso nem o seu valor de troca.

³³ Desde o princípio. [NEA]

³⁴ MARX, *O capital*, *op. cit.*, p. 136. Os grifos foram acrescentados pelo próprio Marx.

³⁵ A nota citada por Marx encontra-se em *Para a crítica da economia política*. Cf. MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas), p. 32, n. 2. [NEA, adaptada pelo tradutor]

Quando se tem de analisar a "mercadoria" – o elemento concreto econômico mais simples – é preciso manter à distância todas as relações que não têm nada que ver com o objeto da análise em questão. Aquilo que, todavia, deve ser dito sobre a mercadoria, enquanto valor de uso, eu o disse, portanto, em poucas linhas; mas, por outro lado, salientei a *forma característica* na qual o valor de uso – o produto do trabalho – aparece aqui; a saber: "Uma coisa³⁶ pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria carência cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, *ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social*"³⁷. {Essa é a raiz do "*valor de uso social*" de Rodbertus.} Assim, o valor de uso – enquanto valor de uso da "mercadoria" – possui ele mesmo um caráter historicamente específico. Em comunidades primitivas, onde, p. ex., os alimentos são produzidos e divididos comunitariamente entre seus membros, o produto comum satisfaz diretamente as carências vitais de cada membro, de cada produtor, o caráter social do produto, do valor de uso, jaz aqui em *seu caráter comunitário (comum)*. {O sr. Rodbertus, pelo contrário, transforma o "valor de uso social" da *mercadoria* no "valor de uso social" pura e simplesmente, falando disparates, portanto.}

Como resulta do que foi dito acima, seria, então, puro disparate, na análise da mercadoria – uma vez que ela se apresenta, por um lado, como valor de uso ou bem, e de outro como "valor" –, "vincular" nessa ocasião todo tipo de reflexões banais sobre valores de uso ou bens que não recaem no âmbito do mundo das mercadorias, como "bens estatais", "bens comunais" etc., como fazem Wagner e o professor alemão *in general*³⁸, ou sobre o bem "saúde" etc. Onde o estado é ele mesmo produtor capitalista, como na exploração de minas, florestas etc., seu produto é "mercadoria" e possui, portanto, o caráter específico de toda outra mercadoria.

Por outro lado, o *vir obscurus* não percebeu que já na análise da mercadoria eu não me detenho no modo duplo como ela se apresenta, mas passo logo adiante ao fato de que nessa duplicidade da mercadoria se apresenta o *caráter duplo do trabalho* do qual ela é produto: o trabalho *útil*, isto é, os modos concretos dos trabalhos que criam valor de uso, e o *trabalho abstrato*, o *trabalho como dispêndio de força de trabalho*, sendo indiferente em que modo "útil" ele é despendido (no que se baseia mais tarde a apresentação do processo de produção); não percebeu, também, que no desenvolvimento da *forma-valor da mercadoria*, em última instância de sua forma dinheiro, portanto, do *dinheiro*, o *valor* de uma mercadoria se apresenta no *valor de uso* da outra, ou seja, na forma natural da outra mercadoria; não percebeu, ainda, que o *mais-valor* é ele mesmo derivado de um *valor de uso "específico"* da *força de trabalho* e exclusivamente correspondente a ela etc. etc., que, portanto, o valor de uso desempenha, para mim, um papel importante e completamente distinto do da economia

³⁶ No manuscrito: "um produto". [NEA]

³⁷ MARX, *O capital*, op. cit., pp. 118-9. Os grifos foram acrescentados pelo próprio Marx. [NT]

³⁸ "Em geral". [NEA]

de até então, mas que ele, *nota bene*³⁹, só é tomado em consideração onde tal consideração tem origem na análise de dadas configurações econômicas, e não no arrazoar para lá e para cá sobre os conceitos ou palavras "valor de uso" e "valor".

Por isso, na análise da mercadoria, e tampouco no caso da análise de seu "valor de uso", não se lhe vinculam de imediato quaisquer definições do "capital", o que seria um completo absurdo, pois ainda estamos na análise dos elementos da mercadoria.

O que aborrece (escandaliza) o sr. Wagner em minha apresentação é que não lhe faço o favor de seguir a "aspiração" professoral patriótico-germânica e confundir valor de uso e valor. Apesar de tê-lo feito bastante *post festum*, a sociedade alemã saiu gradualmente da economia feudal de subsistência, ou ao menos de sua preponderância, e alcançou a economia capitalista, mas os professores ainda continuam com um pé na velha sujeira, o que é natural. De servos dos proprietários rurais eles se transformaram em servos do estado, vulgo governo. Por isso, diz também nosso *vir obscurus* – que nunca chegou a perceber que meu método *analítico*, que não parte *do* homem, mas de períodos sociais economicamente dados, não tem nada em comum com o método germânico-professoral de vinculação de conceitos ("palavras solverão qualquer problema, palavras construirão qualquer sistema"⁴⁰) –, por isso, ele diz:

"Em concordância com a concepção *rodbertusiana* e também com a *schäfflesiana*, ponho o caráter de *valor de uso de todo valor* [à frente] e saliento tanto mais a estimação do valor de uso *porque* a estimação do valor de troca não é de modo algum aplicável a muitos dos bens econômicos mais importantes" {o que o obriga a essas desculpas? como servidor do estado, ele se sente então obrigado a confundir valor de uso e valor!}, e *assim não o é ao estado e às suas prestações*, tampouco a outras relações econômicas comuns (p. 49, nota).

{Isso lembra os antigos químicos, antes da ciência química: uma vez que a manteiga de cozinhar, que na vida comum é chamada simplesmente de manteiga (segundo o costume nórdico), possui uma consistência mole, eles chamavam os *cloretos manteiga de zinco*, *manteiga de antimônio* etc. de sucos butíricos, e assim se aferravam, para falar como o *vir obscurus*, ao caráter *manteigoso* de todos os cloretos, compostos de zinco e compostos de antimônio.} Essa lenga-lenga vai parar nisso: uma vez que certos bens, em particular *o estado* (um bem!) e suas "*prestações*" (em particular, as prestações de seus professores de economia política), *não* são "mercadorias", as características opostas contidas nas próprias "mercadorias" {características que também aparecem *explicitamente* na *forma-mercadoria* do produto do trabalho} precisam ser confundidas uma com a outra! De resto, é difícil asseverar, no caso de Wagner e consortes,

³⁹ "Note bem", "preste atenção", "repare". [NT]

⁴⁰ "*Mit Worten läßt sich trefflich streiten, mit Worten ein System bereiten*" – versos 1.997 e 1.998 da Primeira Parte do *Fausto* de Goethe. Citado segundo: GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto: uma tragédia – Primeira parte*. 3. ed. Trad. Jenny Klabin Segall. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 193. [NT]

que eles têm mais a ganhar se suas "prestações" forem determinadas segundo seu "valor de uso", segundo seu "conteúdo" objetivo, do que segundo o seu "salário"⁴¹ (por "taxas sociais", como Wagner o exprime), ou seja, se forem "estimadas" segundo o seu *pagamento*.

{A única coisa que claramente subjaz à baboseira alemã é que, linguisticamente, as palavras *valor* ou *dignidade* foram primeiro empregadas para as próprias coisas úteis que já há tempos existiam, mesmo como "produtos do trabalho", antes de se tornarem *mercadorias*. Isso, no entanto, tem exatamente tanto que ver com a determinação científica do "valor" da mercadoria como a circunstância de que a palavra *sal* era de início empregada pelos antigos para o sal de cozinha, e por isso, desde Plínio, o açúcar etc. também figuram como *tipos de sal* {*indeed*⁴², todos os corpos sólidos incolores dissolúveis em água e com gosto peculiar}, e por isso a categoria química "sal" compreende em si o açúcar etc.}

{Uma vez que a mercadoria é comprada pelo comprador e não porque tem valor, mas porque é "valor de uso" e porque dela se faz uso para determinados fins, é completamente óbvio 1. que os valores de uso são "estimados", ou seja, sua *qualidade* é examinada (assim como sua *quantidade* é medida, pesada etc.); 2. que, quando distintas espécies de mercadoria podem se substituir uma à outra para o mesmo emprego ou uso, dá-se preferência a esta ou àquela etc. etc.}

Em gótico há apenas uma palavra para *valor* e *dignidade*: *vairths*, τιμή, {τιμάω – *estimar*, ou seja, fixar; determinar o *preço* ou o *valor*; *apreciar*; *metafforicamente*: *valorar*, *avaliar*, *cuidar*, *distinguir*. Τιμή – *estimação*, *portanto*: determinação do valor ou preço, consideração, apreciação. Logo: *avalia[ção]*, também *valor*, *preço mesmo* (Heródoto, Platão), αι τιμαί – *gastos* em *Demóstenes*. Logo: *estima*, *honra*, *respeito*, *posição* ou *cargo honorífico* etc., *Dicionário enciclopédico greco-alemão de Rost*.}

Valor, *preço* (Schulze, Glossário) gótico: *vairths*, adj. άξιος, ικανός;

Nórdico antigo: *verdh*, digno, *verdh*, *valor*, *preço*; *anglo-s[axão]*: *veordh*, *vurdh*; *ingl[ês]*: *worth*, adjetivo e substantivo *valor* e *dignidade*.

"Alto alemão médio:

wert, *genitivowerdes*, adj. *dignus* e também *pfennincwert*.

-*wert*, gen. *werdes*, valor, dignidade, esplendor, *aestimatio*, *mercadoria de determinado valor*, p. ex., *pfenwert*, *pennyworth* [que vale uma quantia insignificante].

-*werde*: *meritum*, *aestimatio*, *dignitas*, de caráter valioso. (*Ziemman, Dicionário de alto alemão médio*.)"

Valor e *dignidade* estão, portanto, completamente relacionados, segundo a etimologia e o significado. O que oculta a coisa é o *modo de flexão inorgânico* (incorreto) da palavra *valor* (*Wert*) que se tornou usual no alto alemão moderno: *Werth*, *Werthes*, no lugar de *Werdes*, pois ao gótico *th* corresponde o alto alemão *d*, e não *th* = *t*, e isso também é o caso no alto alemão médio (*wert*, genitivo *werdes*, *loc. cit.*). Segundo a regra do alto

⁴¹ Marx joga com duas acepções da palavra "*Gehalt*", que guarda o sentido de "conteúdo" e o de "salário". [NT]

⁴² "De fato". [NT]

alemão médio, o *d* no final da palavra deveria se tornar um *t*, portanto *wert* em vez de *werd*, mas o genitivo *werdes*.

Tudo isso, no entanto, tem exatamente tanto ou tão pouco que ver com a categoria econômica "valor" como com a *valência química dos elementos químicos* (atomicidade) ou com os equivalentes químicos (pesos de ligação dos elementos químicos).

Ademais, nota-se que mesmo nessa relação linguística – se é que da identidade originária de *dignidade (Würde)* e *valor (Wert)* decorre por si só, como que da natureza da coisa, que essa palavra também se referiu a coisas, a produtos do trabalho em sua forma natural – ela foi mais tarde transferida diretamente e sem modificações aos *preços*, i.e., ao valor em sua forma-valor desenvolvida – i.e., valor de troca, o que tem tão pouco que ver com a coisa quanto o fato de que a mesma palavra continuou a ser empregada para dignidade em geral, para cargo honorífico etc. Portanto, não há aqui, linguisticamente, nenhuma diferenciação entre valor de uso e valor.

Voltemo-nos, ora, para o fiador do *vir obscurus, Rodbertus* {cujo artigo pode ser examinado na *Tübinger Zeitschrift*}. O que o *vir obscurus* cita de Rodbertus é o seguinte:

No texto na p. 48:

"Só há *uma espécie de valor* e ela é o valor de uso. Ele é ou valor de uso *individual* ou valor de uso *social*. O primeiro está em relação com o indivíduo e suas carências, sem levar em consideração qualquer tipo de organização social".

{Isso já é baboseira (cf. *O capital*), onde se diz: que o *processo de trabalho*, como atividade conforme a fins para a produção de valores de uso etc., é "comum a todas as (...) formas sociais" (da vida humana) e "independente de qualquer forma particular dessa vida"⁴³. Em primeiro lugar, não é a palavra "valor de uso" que está à frente do indivíduo, mas sim *valores de uso concretos*, e *quais deles* lhe "estão em relação" (para esses homens tudo "está", tudo é uma questão de "posição"), isso depende totalmente do nível do processo social de produção e corresponde também, portanto, a "uma organização social". Mas se Rodbertus quer dizer a trivialidade de que o valor de uso, que efetivamente está à frente de um indivíduo como um objeto de uso, está à sua frente como valor de uso individual para ele, então isso ou é uma tautologia trivial ou é incorreto, pois, para não falar de tais coisas como arroz, milho ou trigo, ou para não falar da carne {que não está à frente de um hindu enquanto um alimento}, a carência de um título de professor ou de conselheiro privado ou a de uma condecoração só é possível a um indivíduo em uma "organização social" bem determinada.}

"O segundo é o *valor de uso* que tem um organismo *social* constituído de muitos organismos individuais (i.e., indivíduos)" (p. 48, texto).

⁴³ MARX, *O capital*, op. cit., p. 261.

Que belo alemão! Trata-se aqui do "valor de uso" do "organismo social", ou de um valor de uso que se encontra em posse de um "organismo social" {como, p. ex., a terra nas comunidades primitivas}, ou da forma "social" determinada do valor de uso em um *organismo social*, como, p. ex., lá onde a produção de mercadorias é predominante e o valor de uso fornecido por um produtor deve ser "valor de uso para o outro" e, nesse sentido, "valor de uso social"? Não devemos querer nada com uma fanfarronice dessas.

Para outra frase, então, do *Fausto*⁴⁴ de Wagner:

"O valor de troca é apenas o apêndice e a manta histórica do valor de uso social de um determinado período histórico. Ao se contrapor ao valor de uso *um* valor de troca *como oposto lógico*, põe-se um conceito histórico em oposição lógica a um conceito lógico, o que não é logicamente aceitável" (p. 48, n. 4). "Isso", regozija-se Wagner *ibidem*⁴⁵, "é absolutamente correto!"

Quem é o "se" que comete uma tal coisa? Que Rodbertus está falando de mim, isso é seguro, pois, segundo seu fâmulos R. Meyer, ele escreveu um "manuscrito grande e grosso" contra *O capital*. Quem é que põe algo em oposição lógica? O sr. Rodbertus, para quem "valor de uso" e "valor de troca" são ambos por natureza meros "conceitos". De fato, em qualquer lista de preços, todo tipo particular de mercadoria comete esse processo ilógico de se distinguir dos outros enquanto *bem*, *valor de uso*, como algodão, fio, ferro, grão etc., de apresentar um "bem" como *toto coelo*⁴⁶ distinto qualitativamente dos outros, porém, ao mesmo tempo, de apresentar o seu preço como o mesmo qualitativamente, mas distinto quantitativamente, como quantidade *de uma mesma essência*. A mercadoria se apresenta em sua forma natural para aquele que precisa dela, do mesmo modo que como *valor de troca*, na *forma-valor*, que ela compartilha com todas as outras mercadorias e que é distinta de todo da forma natural. Só se trata aqui de uma oposição "*lógica*" para Rodbertus e seus mestres-escolas professorais alemães afins, que partem do "conceito" de valor e não da "coisa social", da "mercadoria", e fazem esse conceito se dissociar (duplicar) em si mesmo para depois disputarem qual das duas quimeras é o verdadeiro Jacó!

O que está, todavia, no sombrio pano de fundo desse fraseado vazio e pomposo é simplesmente a descoberta imortal de que o homem precisa em todas as circunstâncias comer, beber etc. {não se pode dar um passo adiante: vestir-se, ou ter facas e garfos, ou leitos e moradias, pois esse não é o caso *em todas as circunstâncias*}; em uma palavra, a descoberta de que ele precisa em todas as circunstâncias ou encontrar previamente prontas na natureza as coisas exteriores para a satisfação de suas carências e se apoderar delas ou prepará-las a partir do encontrado previamente na natureza; nesse seu procedimento efetivo, ele sempre se comporta faticamente, portanto, para com certas coisas exteriores como "valores de uso", ou seja, ele as trata como objetos para seu uso; por isso o valor de uso

⁴⁴ Ou seja, Rodbertus. [NEA]

⁴⁵ "No mesmo lugar". [NEA]

⁴⁶ "Em todos os aspectos". [NEA]

é, segundo Rodbertus, um conceito "lógico"; assim, já que o homem também precisa respirar, a "respiração" é um conceito "lógico", mas de modo algum um conceito "fisiológico". Toda a platitudo de Rodbertus vem à tona, no entanto, em sua oposição de conceito "lógico" e conceito "histórico"! Ele apreende o "valor" (o econômico, em oposição ao valor de uso da mercadoria) apenas em sua forma de aparição, o *valor de troca*, e uma vez que este só entra em cena lá onde ao menos alguma parte dos produtos do trabalho, dos objetos de uso, funciona como "*mercadoria*", e uma vez que, todavia, isso não acontece desde o começo, mas somente em certos períodos de desenvolvimento da sociedade, portanto, em determinado nível de desenvolvimento histórico, então o *valor de troca* é um conceito "histórico". Se R[odbertus] tivesse agora – mais adiante vou dizer porque ele não o percebeu – prosseguido na análise do valor de troca das mercadorias – pois ele existe tão somente onde *mercadoria* ocorre no plural, distintos tipos de mercadoria –, então ele encontraria o "valor" por detrás dessas formas de aparição. Se ele tivesse investigado mais o valor, então ele teria ainda descoberto que aqui a coisa, o "valor de uso", vale como pura *objetificação* do trabalho humano, como *dispêndio de igual força de trabalho humana*, e por isso esse conteúdo é apresentado como o caráter *objetivo* da coisa, como o [caráter] que corresponde objetivamente à coisa mesma, ainda que essa objetividade *não* apareça em sua forma natural {o que, todavia, torna necessária uma *forma-valor* particular}. Ele teria então descoberto que o "valor" da mercadoria apenas exprime em uma forma historicamente desenvolvida aquilo que de todo modo existe em todas as outras formas históricas de sociedade, ainda que *em outra forma, a saber, o caráter social do trabalho* na medida em que existe como *dispêndio de força de trabalho "social"*. "O valor" da mercadoria é então apenas uma forma histórica específica de algo que existe em todas as formas sociais, mas o mesmo acontece com o "valor de uso social", como Rodbertus caracteriza o "valor de uso" da mercadoria. O sr. Rodbertus tem a medida da grandeza do valor a partir de Ricardo; mas ele pesquisou ou apreendeu a substância do valor mesmo tão pouco como Ricardo; p. ex., o caráter "*comum*" do [processo de trabalho] em comunidades primitivas como um organismo comum de forças de trabalho copertinentes e, portanto, o caráter "*comum*" de *seu trabalho*, i.e., do dispêndio dessas forças.

É supérfluo seguir adiante sobre essa besteira de Wagner nesse assunto.

Medida da grandeza do valor. O sr. Wagner me incorpora aqui, mas, para seu pesar, acha que eu "*eliminei*" o "*trabalho de formação do capital*" (p. 58, n. 7).

"Em um comércio regulado por órgãos sociais, a determinação dos *valores das taxas*, i.e., dos *preços das taxas*, precisa suceder sob consideração adequada desses *momentos de custo*" {é como ele chama o *quantum* de trabalho despendido na produção etc.} "como também acontecia, em princípio, nas antigas taxas oficiais e profissionais, e precisaria novamente acontecer em um eventual *sistema de taxas novo*" {um sistema socialista! é ao que ele se refere}. "No entanto, no livre comércio, os *custos não* são o fundamento *exclusivo* de determinação dos valores de troca e

dos preços, e não o podem ser em nenhuma *circunstância social imaginável*. Pois, independentemente dos custos, as oscilações do *valor de uso* e da *carência* precisam sempre ocorrer, oscilações cuja *influência no valor de troca e nos preços* (preços de contrato e de taxas) modifica e precisa modificar a *influência dos custos* etc." (pp. 58, 59). "A" {ou seja, essa!} "perspicaz retificação da doutrina socialista do valor... deve-se a *Schäffle*" (!), que diz no *Socialen Körper* III, p. 278: "Não é possível evitar com nenhuma espécie de interferência social nas necessidades e nas produções que *todas as necessidades* permaneçam qualitativa e quantitativamente em equilíbrio com as produções. Se, no entanto, é assim, então *os quocientes de valor de custo sociais não podem ao mesmo tempo ser considerados proporcionalmente quocientes de valor de uso sociais*" (p. 59, n. 9).

Que isso atinge apenas a trivialidade da elevação e da queda dos *preços de mercado* acima ou abaixo do valor e o pressuposto de que no "estado social marxiano" a sua teoria do valor desenvolvida para a sociedade *civil-burguesa* é determinante – isso atesta o palavreado de Wagner:

"Eles" (os preços) "desviar-se-ão provisoriamente mais ou menos" [dos custos], "elevar-se-ão para os bens cujo valor de uso se tornou maior, cairão para aqueles cujo valor de uso se tornou menor. *Apenas no longo prazo* os custos poderão se afirmar continuamente como o regulador decisivo" etc. (p. 59)

Direito. Sobre a fantasia do *vir obscurus* sobre a influência econômica criadora do *direito*, é suficiente uma frase, em que pese ele tamborilar repetidamente o mesmo ponto de vista absurdo aqui contido:

"A economia individual possui em seu topo, como órgão da sua atividade técnica e econômica..., uma *pessoa* como sujeito de direito e econômico. Ela tampouco é um puro fenômeno econômico, mas é ao mesmo tempo dependente da configuração do *direito*. Pois é este que determina quem conta como pessoa e, com isso, quem pode estar no topo de uma economia" etc. (p. 65).

Comunicações e transportes (pp. 75-6), p. 80 (nota).

Da p. 82: onde o "*intercâmbio nos componentes (naturais) da massa de bens*" {de uma economia, aliás, o que Wagner batiza de "intercâmbio de bens" é declarado ser o "metabolismo social" de Schäffle – ou ao menos um caso dele; eu também, contudo, utilizei a expressão no caso do processo de produção "natural" como metabolismo entre o homem e a natureza} é tomado de empréstimo de mim, onde o metabolismo aparece de início na análise de M-D-M e das interrupções da mudança de forma, também designadas mais tarde como interrupções do metabolismo.

O que o sr. Wagner diz mais adiante sobre o "*intercâmbio interno*" dos bens situados em um ramo da produção (para ele, em uma "economia individual"), em parte a respeito de seu "valor de uso", em parte a respeito de seu "valor", igualmente o discuto na análise da primeira fase de M-D-M, a saber, M-D, com o exemplo do tecelão de linho⁴⁷, cuja conclusão é:

⁴⁷ MARX, *O capital*, op. cit., pp. 179-82.

"Nossos possuidores de mercadorias descobrem, assim, que a mesma divisão do trabalho que os transforma em produtores privados independentes também torna independente deles o processo social de produção e suas relações nesse processo, e que a independência das pessoas umas das outras se consoma num sistema de dependência material universal"⁴⁸.

Os contratos de aquisição comercial de bens. Aqui o obscurantista (*vir obscurus*) põe o meu e o dele de cabeça para baixo. Para ele, primeiro está o direito e apenas então vem o comércio; na realidade sucede o contrário: primeiro há o *comércio*, e depois se desenvolve, a partir dele, uma *ordem jurídica*. Mostrei na análise da circulação de mercadorias que no escambo desenvolvido as partes se reconhecem tacitamente como pessoas iguais e como proprietários dos respectivos bens a serem por eles trocados; eles já o *fazem* ao oferecer uns para os outros seus bens e ao entrar em acordo uns com os outros sobre o negócio. Essa relação *fática* que se origina primeiro na e através da própria troca adquire mais tarde *forma jurídica* no contrato etc.; mas essa forma não cria nem o seu conteúdo, a troca, nem a *relação nela existente das pessoas entre si*, mas *vice-versa*. Em Wagner é o contrário:

"Essa aquisição" {dos bens por meio do comércio} "pressupõe necessariamente uma determinada *ordem jurídica* com fundamento na qual" (!) "o comércio se realiza" etc. (p. 84).

Crédito. Em vez de dar o desenvolvimento do dinheiro como *meio de pagamento*, Wagner passa do processo de circulação, na medida em que ele se realiza numa forma em que os dois equivalentes não se opõem simultaneamente na forma M-D, diretamente à "*operação de crédito*" (p. 85 *et seq.*), ao que se "vincula" o fato de que ela se liga frequentemente ao pagamento de "juros"; e também serve para "dar confiança" e assim para colocar a "confiança" como uma base do "crédito".

Sobre *Puchtas* etc., a concepção jurídica da "riqueza", segundo a qual também as *dívidas* fazem parte dele como *componentes negativos* (p. 86, n. 8).

Crédito é "*crédito consumptivo*" ou "crédito produtivo" (p. 86). O primeiro⁴⁹ é predominante num nível cultural menos elevado, o último⁵⁰, num nível mais elevado.

Sobre as causas do *endividamento* {causas da miséria: oscilações da colheita, serviço na guerra, concorrência de escravos} na Roma Antiga (Jhering, 3. ed., p. 234, II, 2. *Geist des römischen Rechts* [O espírito do direito romano].)

Segundo o sr. Wagner, no "nível menos elevado" prevalece o "crédito consumptivo" entre as classes "baixas, pressionadas" e as "altas, dilapidadoras". *In fact*⁵¹: na Inglaterra e na América, o "*crédito*

⁴⁸*Id.*, *ibid.*, p. 182.

⁴⁹ No manuscrito: "o último". [NEA]

⁵⁰ No manuscrito: "o primeiro". [NEA]

⁵¹ "Na verdade". [NT]

consumptivo" é em geral predominante com a formação do sistema de depósitos bancários!

"Em particular... o *crédito produtivo* se mostra como um fator econômico da economia nacional baseada na *propriedade privada da terra e dos capitais móveis* e que permite a *livre concorrência*. Ele se liga à *posse de riqueza*, e não à riqueza como categoria puramente econômica", e é por isso apenas uma "categoria jurídico-histórica" (!) (p. 87).

A dependência da economia individual e da riqueza dos efeitos do mundo exterior, em particular da influência da conjuntura da economia nacional.

1. *Modificações no valor de uso*: aperfeiçoam-se em alguns casos pelo *curso do tempo*, como condição de certos processos naturais (*vinho, charutos, violinos etc.*).

"*Pioram* na grande maioria dos casos... se desfazem em seus componentes materiais, *acazos* de toda espécie". Corresponde-lhe uma "*modificação*" do valor de troca na mesma direção, "*elevação do valor*" ou "*diminuição do valor*" (pp. 96, 97). Cf. sobre o *contrato de locação residencial* em Berlim (pp. 97, n. 2).

2. *Modificação do conhecimento humano sobre as propriedades dos bens*; por meio dela a "*riqueza aumenta*" em caso positivo. {*Aplicação da hulha para fundir o ferro* na Inglaterra ao redor de 1620, na medida em que a diminuição das florestas já ameaçava a continuidade das usinas siderúrgicas; descobertas químicas, como a do iodo (utilização das fontes iodadas de sal). Fosforite como fertilizante. Antracite como combustível de aquecimento. Material para a iluminação a gás, para fotografias. Descoberta de substâncias corantes e medicinais. Guta-percha, borracha natural. Marfim vegetal (de *Phytelephas macrocarpa*). Creosoto. Velas de parafina. Utilização do *asfalto*, das *agulhas de pinheiro* (lã de agulhas de pinheiro), dos gases no alto-forno, do *alcatrão de hulha* para preparação de anilina, trapos de lã, serragem etc. etc.} Em caso negativo, *diminuição da utilizabilidade e, assim, do valor* (como depois da descoberta de triquinas na carne de porco, materiais tóxicos em corantes, plantas etc.) (pp. 97, 98). Descobertas de *produtos de mineração* no solo, de novas propriedades úteis em seus produtos, descoberta de novas aplicabilidades suas, aumentam a *riqueza do proprietário fundiário* (p. 98).

3. *Conjuntura econômica.*

Influência de *todas* as "condições" externas que entram de modo essencial na determinação da "*produção dos bens para o comércio*, sua *demanda e venda*"... e, portanto, de seu "*valor de troca*", assim como do "*dos bens individuais já prontos*... de modo absoluta ou predominantemente *independente*" do "sujeito econômico", "isto é, do proprietário" (p. 98). *A conjuntura se torna um "fator decisivo" no "sistema de livre concorrência"* (p. 99). Uma pessoa – "pela mediação do *princípio da propriedade privada*" – ganha "aquilo que ela não mereceu", e assim a

outra sofre "prejuízo", "perdas pelas quais economicamente não é responsável".

Sobre a *especulação* (n. 10, p. 101). *Preços da habitação* (p. 102, n. 11). *Indústria do carvão e do ferro* (p. 102, n. 12). *Numerosas modificações da técnica* reduzem os valores dos produtos da indústria, assim como dos instrumentos de produção (pp. 102, 103).

Na "economia nacional progredindo em população e bem-estar, *preponderam... as oportunidades favoráveis*, ainda que com eventuais reveses e oscilações temporais e locais, no caso da *propriedade fundiária*, em particular *da urbana* (metropolitana)" (p. 102).

"Assim, a conjuntura direciona os ganhos em particular para o proprietário fundiário" (p. 103). "Esses, assim como a maioria dos *ganhos de valor em razão da conjuntura...* são apenas *puros ganhos especulativos*", aos quais correspondem "*perdas especulativas*" (p. 103).

O mesmo sobre o "comércio de grãos" (p. 103, n. 15).

Deve, portanto, "ser abertamente reconhecido: (...) a condição econômica do indivíduo ou da família" é "*em essência* também um *produto da conjuntura*" e isso "necessariamente enfraquece a importância da *responsabilidade econômica individual*" (pp. [104,] 105).

Por isso, se "a *organização atual* da economia nacional e a *base jurídica*" (!) "e assim também a propriedade privada... de terra e capital" etc. "contam" "como, no essencial, uma *instituição imutável*", então, depois de muita abobrinha, não há nenhum meio "para combater... *as causas*" {dos males dali provenientes, sejam estagnação nas vendas, crises, demissão de trabalhadores, redução de salários etc.} "e, assim, *tampouco* desse mal mesmo", enquanto o sr. Wagner pensa que combate os "sintomas", as "consequências do mal" ao contrapor "impostos" aos "ganhos conjunturais" ou um "*sistema... racional... de seguridade*" às "*perdas*" "pelas quais não se é economicamente responsável", ao produto da conjuntura (p. 105).

Isso, diz o obscurantista, é o resultado quando se toma o modo de produção atual, com sua "base jurídica", por "imutável"; no entanto, sua pesquisa, que vai mais fundo do que o socialismo, irá se ver com a "coisa mesma". *Nous verrons*⁵², não é mesmo?

Principais momentos particulares que formam a conjuntura.

1. *Oscilações nos rendimentos da colheita dos principais gêneros alimentícios* sob *influência do tempo* e relações políticas, como perturbações do cultivo pela guerra. Produtores e consumidores influenciados por isso (p. 106). {Sobre *comerciantes de cereais*: Tooke, *History of prices*; para *Grécia*: Böckh, *Staatshaushalt der Athener*, I. 1. § 15; Para *Roma*: Jehring, *Geist*, p. 238. *Aumento da mortalidade das camadas inferiores da população* hoje em dia com cada *pequena* elevação dos preços, "*certamente uma prova de quão pouco o salário médio* na massa da classe trabalhadora *vai além da quantia absolutamente*

⁵² "Veremos". [NEA]

necessária para a vida" (p. 106, n. 19).} *Melhorias dos meios de comunicação* {"ao mesmo tempo", consta ainda na n. 20, "o pressuposto mais importante para o comércio especulativo de grãos capaz de equilibrar os preços"}, modificações nos métodos de cultivo do solo {"*economia de rotação de culturas*", por meio do cultivo de *distintos* produtos que são favorecidos ou prejudicados pelas distintas condições climáticas"}; por isso, *oscilações menores nos preços dos cereais em espaços de tempo menores* em comparação "com a Idade Média e a Antiguidade". Mas também oscilações agora ainda muito grandes (cf. nota 22, p. 107; *facts*⁵³ *ibidem*).

2. *Modificações na técnica. Novos métodos de produção.* Em vez de ferro, aço produzido pelo processo de Bessemer etc. (e, sobre isso, nota 23). *Introdução de máquinas no lugar do trabalho manual.*

3. *Modificações nos meios de comunicação e transporte, que influem no movimento espacial dos homens e dos bens: por meio disso, em particular... é afetado o valor do solo e da terra e dos artigos de valor específico baixo; ramos inteiros da produção são forçados a uma difícil transição para outros métodos de funcionamento* (p. 107). {Sobre isso, n. 24, *ibid.* *Elevação do valor do solo na proximidade de boas comunicações, em razão da melhor saída dos produtos ali obtidos; facilitação da concentração de população nas cidades, e, assim, enorme elevação do valor do solo urbano e do valor nas proximidades de tais locais. Facilitação da exportação a partir de regiões com preços do cereal baixos até o momento e de outras matérias-primas agrárias e florestais, produtos de mineração para regiões com preços mais elevados; em razão disso, condição econômica dificultada de todos os elementos da população com renda estável nas primeiras regiões, e, por outro lado, favorecimento dos produtores e em particular dos proprietários fundiários no mesmo lugar. Pelo contrário, a chegada do transporte (importação!) facilitada dos cereais e outros materiais de valor específico baixo. Favorece consumidores e prejudica produtores no país de onde é comprado; coação à passagem para outras produções, como na Inglaterra, do cultivo de grãos à criação de gado nos anos 40, em razão da concorrência dos cereais baratos do Leste europeu na Alemanha. Difícil situação dos agricultores alemães (agora) em razão do clima, em razão, então, das fortes elevações recentes dos salários, que eles não foram capazes de repassar aos produtos tão facilmente como os industriais etc.}*

4. *Modificações no gosto! Modas etc.,* que com frequência se consomem depressa, num curto espaço de tempo.

5. *Modificações políticas no território de comércio nacional e internacional* (guerra, revolução etc.); na medida em que em razão delas a *confiança e a desconfiança se tornam a cada vez mais importantes* na crescente divisão do trabalho, na formação do comércio internacional etc., participação do fator crédito, dimensões monstruosas do modo como se faz a guerra etc. (p. 108).

6. *Mudanças na política agrária, industrial e comercial* (exemplo: reforma da legislação britânica sobre os grãos).

⁵³ "Fatos". [NT]

7. Modificações na *distribuição espacial* e na *situação econômica geral de toda a população*, como a emigração do campo para as cidades (pp. 108, 109).

8. *Modificação na condição social e econômica das camadas particulares da população*, como pela garantia da liberdade de coalizão etc. (p. 109). {Os 5 bilhões franceses⁵⁴ n. 29 *ibid.*}

Custos na economia individual. Sob o "trabalho" produtor de "valor", no qual todos os custos se resolvem, deve-se tomar, em particular, também o "trabalho" no sentido *amplo* e correto, no qual ele "abrange *tudo* o que é necessário na atividade humana consciente e orientada a fins para a obtenção das receitas", portanto, também em particular "o *trabalho espiritual* do diretor e a atividade pela qual o capital é formado e empregado", "por isso" o "ganho do capital" que paga esse atividade também pertence aos "elementos constitutivos dos custos". "Essa concepção está em contradição com a teoria socialista do valor e dos custos e com a crítica do capital" (p. 111).

O obscurantista me impinge a ideia de que "o *mais-valor* produzido *unicamente* pelos trabalhadores ficaria *inapropriadamente* para os empreendedores capitalistas" (n. 3, p. 114). Ora, eu digo algo diametralmente oposto; a saber, que a produção de mercadorias se torna necessariamente, em um certo ponto, produção "capitalista" de mercadorias, e que, segundo a *lei do valor* que a governa, o "mais-valor" convém ao capitalista, e não ao trabalhador. Em vez de se permitir semelhante sofistaria, o caráter socialista de cátedra *virī obscurī*⁵⁵ se afirma, contrariamente, a partir da seguinte banalidade, de que os

"adversários incondicionais dos socialistas" "não veem os casos todavia numerosos de *relações de exploração* nos quais os rendimentos líquidos *não* são distribuídos corretamente (!), os *custos de produção de economia individual* das empresas são bastante reduzidos em detrimento do trabalhador (incluindo também os capitalistas que ofereceram o crédito) e em prol do patrão" (*loc. cit.*).

Renda nacional na Inglaterra e França (p. 120, χ - ϕ).

Rendimento bruto anual em uma nação:

1. Integralidade dos bens *novos* produzidos no ano. Incluir as *matérias-primas nacionais* inteiramente segundo seu valor; os *objetos produzidos a partir destas matérias e de matérias estrangeiras* {para evitar a dupla consideração de produtos brutos}, para a *importância da elevação de valor alcançada pelo trabalho de fabricação*; as *matérias-primas e os semifabricados* vendidos e transportados no comércio, para a importância da elevação de valor assim provocada.

⁵⁴ Depois da Guerra Franco-Prussiana de 1870-1, a França teve de pagar à Alemanha, de acordo com o Tratado de Paz de Frankfurt de 10 de maio de 1871, uma contribuição da importância de cinco bilhões de francos. [NEA]

⁵⁵ Genitivo do latim para *vir obscurus*, significando "do *vir obscurus*", i.e, "de Wagner". [NT]

2. *Importação de dinheiro e mercadorias do exterior* a partir do título das rendas de *direitos* do próprio país vindas de *negócios de crédito* ou das rendas de *investimentos de capital* de cidadãos nacionais no exterior.

3. Por meio da importação de bens estrangeiros, *ganhos de frete* efetivamente pagos à *navegação nacional* no comércio exterior e no *entrepráfego*.

4. *Dinheiro em espécie ou mercadorias do exterior importadas como remessas para os estrangeiros residentes no país*.

5. *Importação de ofertas não retribuídas*, como em *tributos permanentes* do exterior para o país, *imigração contínua* e *consequente riqueza regular vinda da imigração*.

6. *Excedente de valor da importação de mercadorias e dinheiro obtida no comércio internacional* {a ser depois deduzido, 1. a *exportação* para países estrangeiros}.

7. *A importância de valor recebida da utilização da riqueza útil* (como de casas para habitação etc.) (pp. 121, 122).

Para o rendimento líquido, deduzir, entre outros, a "exportação de bens como pagamento por *ganhos de fretamento da navegação estrangeira*" (p. 123). {A coisa não é tão simples: *preços de produção (domésticos) + fretamento = preço de venda*. Se o país exporta suas próprias mercadorias em seus próprios navios, o país estrangeiro paga os custos de fretamento, se o preço de mercado dominante lá mesmo etc.}

"Ao lado de tributos permanentes estão os pagamentos regulares a *súditos estrangeiros* no exterior (levar em conta o suborno, como dos persas aos gregos, o *soldo de professores estrangeiros* sob Luís XIV, o óbolo de São Pedro⁵⁶" (p. 123, n.9).

Por que não os *subsídios* que os príncipes alemães recebiam regularmente da França e da Inglaterra?

Cf. os tipos ingênuos de *componentes da renda de indivíduos privados*, que consistem em "prestações da Igreja e do estado" (p. 125, n. 14).

Avaliação por parte do indivíduo e da economia nacional.

A destruição de uma parte da provisão de mercadorias para vender o restante mais caro é chamada por Cournot, *Rech[erches] sur les principes mathém[atiques] de la théorie des richesses, 1838*, "une véritable création de richesse dans le sens commercial du mot"⁵⁷ (p. 127, n. 3).

Comparação sobre a diminuição das provisões de consumo dos indivíduos privados, ou, como Wagner o chama, de seu "*capital útil*", em nosso período cultural, em particular em *Berlim*, p. 128, n. 5, p. 129, n. 8 e 10; ademais, muito pouco dinheiro ou *capital próprio em operação no negócio produtivo* mesmo, p. 130 e *ibid.*, n. 11.

Importância relativamente grande do comércio exterior hoje em dia, p. 131, n. 13, p. 132, n. 3.

⁵⁶ Um tributo anual que o papa exige de todos os católicos (originalmente, um *Pfennig* de prata de cada família no dia de São Pedro); é até hoje uma importante fonte de renda da cúria papal, a partir da qual é financiada a propaganda católica reacionária. [NEA]

⁵⁷ "Uma verdadeira criação de riqueza no sentido comercial da palavra". [NEA]

Escrito da segunda metade de 1879
até novembro de 1880.
Segundo o manuscrito.

Recebido: 12 de maio de 2016
Aprovado: 5 de outubro de 2016

MARX, Karl. Glosas marginais ao Manual de economia política de Adolph Wagner. Trad. Luiz Philipe de Caux. Rev. Thiago Simim. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. xxx-xxx, ano XII, nov./2017. Título original: Randglossen zu Adolph Wagners "Lehrbuch der politischen Ökonomie".